



1 ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
2 DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14H, NA
3 CÂMARA MUNICIPAL, SITUADA NA AV. ANDRADAS, 3000, PLENÁRIO PAULO PORTUGAL,
4 SANTA EFIGÊNIA. Aos dois dias do mês de junho de 2011, foi realizada a reunião ordinária do
5 CMSBH. O 1º Secretário do CMSBH, Paulo César Machado Pereira deu início na reunião especial.
6 Fizeram parte da mesa de abertura os vereadores, Paulo Sérgio Peixoto da Fonseca (Paulinho
7 Motorista), Arnaldo Godoy, Maria Lúcia Scarpelli, Tarcísio Caixeta, Ronaldo Wagner Gontijo e a
8 representante do deputado Rogério Correia, Neila Batista. Tarcísio Caixeta, convida dois
9 representantes dos conselhos para exporem os motivos pelos quais solicitaram a pauta. Paulo César
10 inicia sua fala instalando a reunião ordinária especial do Conselho Municipal de Saúde, que foi
11 deslocada para a Câmara Municipal. Disse que essa movimentação se dá pela Proposta de Emenda a
12 Lei Orgânica de 01/2009 apresentada por vários vereadores e que já foi aprovada em 1º turno. Esse
13 projeto prevê que as deliberações dos conselhos instituídos nessa cidade, devem ser ratificados pela
14 Câmara Municipal. Os conselhos entendem que esse projeto fere o princípio da democracia
15 participativa que está instituído nesse país a partir da constituição de 1988. Nesse sentido foi feito um
16 manifesto de repúdio, que está aberto na internet para assinatura. A presidente do Conselho Municipal
17 dos Direitos da Criança e do Adolescente, Regina Helena Cunha Mendes, fez a leitura do
18 **MANIFESTO DE REPÚDIO À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGANICA DE BH – PELO 01/2009.**
19 Nós, representantes dos Conselhos, de entidades e cidadãos de Belo Horizonte, repudiamos a
20 Proposta de Emenda à Lei Orgânica de Belo Horizonte (P.E.L.O.) – 01/2009 que submete as decisões
21 dos Conselhos à ratificação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por compreendermos que essa
22 proposta: a) representa um retrocesso ao processo de democratização das instituições públicas do
23 município – em destaque as instituições paritárias entre Sociedade Civil e Governo, com poder de
24 deliberar sobre Políticas Públicas; b) submete instâncias do poder executivo ao poder legislativo –
25 ferindo o princípio do equilíbrio entre os poderes; c) desconsidera a conquista histórica da sociedade
26 brasileira acerca da sua responsabilidade social de participação, definido na Constituição Federal, por
27 meio do princípio: da descentralização e participação da sociedade, no controle das políticas públicas
28 de Saúde, Educação, Assistência Social e dos Direitos das Crianças e Adolescentes; d) desqualifica
29 os atores atuantes nos Conselhos ao não reconhecer sua legitimidade para representar interesses da
30 sociedade e deliberar sobre os assuntos de interesse público; e) ignora a dinâmica da sociedade de
31 Belo Horizonte no processo contínuo, e de quase 20 anos, construindo instituições da democracia
32 participativa em convivência com a democracia representativa, como ocorre nas sociedades
33 avançadas e com a democracia consolidada. Considerando esses argumentos, solicitamos aos
34 vereadores para votarem contra o PELO 01/2009 e derrotarem de forma definitiva essa tentativa de
35 instituição do autoritarismo do Legislativo em Belo Horizonte. Não admitimos retrocesso no nosso
36 processo de democratização! Não admitimos que o poder econômico da cidade determine o modelo
37 político da gestão pública! Registraremos e divulgaremos amplamente o voto de cada vereador! Essa
38 votação é um marco importante em BH, por isso estaremos empenhados em levar essa discussão
39 junto aos movimentos sociais da cidade. Uma sociedade forte e justa, um legislativo atuante não se
40 conquista com retrocessos. Em defesa da democracia participativa e pelo REPÚDIO À PROPOSTA
41 DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DE BH – P.E.L.O. 01/2009. Assinam: Conselhos de Políticas da
42 Cidade, Conselho Regional de Serviço Social (CRSS), Conselho Regional de Psicologia (CRP),
43 Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Sindicato dos Sociólogos de Minas Gerais,
44 Fórum Mineiro de Defesa e Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Partido
45 dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Rede Popular Solidária, Federação
46 das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Professores de Minas
47 Gerais (SINPRO-MG) e Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Tarcísio Caixeta informa da
48 reunião ocorrida no dia 01/06/2011 na Secretaria de Governo e disse que a posição do governo não
49 corrobora com a aprovação do projeto. O Governo pretende fazer um debate organizado na cidade, na
50 sociedade com a participação de todos inclusive dos vereadores para discutir questões que possam
51 ser pontuais, no sentido de aperfeiçoar os conselhos e não um projeto de lei dessa natureza. A base
52 do governo votará contra o projeto. Já foram feitas conversas com alguns dos vereadores que
53 assinaram o projeto, para que ele seja retirado da pauta.. O vereador Adriano Ventura foi chamado
54 para compor a mesa. A presidente do Conselho Municipal do Idoso, Sandra Mendonça Mallet disse
55 estar assustada com esse projeto, principalmente quando viu que um dos signatários é o vereador
56 Leonardo Matos, que faz parte de um conselho. Falou que esse projeto é inconstitucional e acha um
57 absurdo ele tramitar nessa casa. É preciso avançar na democracia e não retroceder na história.
58 Arnaldo Godoy, falou que desde o ano passado tem provocado os conselhos sobre esse projeto e que



59 seu partido (PT) tem o comprometimento de votar contra e que o vereador Silvinho Resende que é um
60 dos signatários do projeto, já se comprometeu a votar contra. Questiona quando vai para votação e
61 disse que é preciso pedir o artigo 94 que obriga o projeto a ser votado, ele não pode ser retirado de
62 pauta. Esse projeto precisa ser derrotado em Plenário. Tarcísio Caixeta, disse que já foi pedido o
63 Artigo 94 e que o Partido Popular Socialista (PPS) também já se comprometeu a votar contra. O
64 Presidente da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e conselheiro do Conselho Municipal de
65 Igualdade Racial (COMPIR), Alexandre Braga falou que esse projeto é absurdo, ele fere inclusive a
66 cultura da cidade, que é participativa. Os conselhos precisam ser fortalecidos para que a população
67 possa cada vez mais participar desse instrumento de controle. Maria Lúcia Scarpelli, falou que o PC
68 do B, mais uma vez vem falar que é contra esse projeto. Neila Batista falou que é preciso avançar
69 ainda mais no processo participativo em Belo Horizonte. A democracia é muito complexa, a sociedade
70 em que vivemos exige muito mais de nós. A democracia participativa é fundamental e não se opõe a
71 democracia representativa. Adriano Ventura disse que todos estão unidos nessa causa. A conselheira
72 municipal de Saúde, Maria Teresa Oliveira pergunta se os vereadores que propuseram esse projeto
73 conhecem a lei federal (8080/8142) que instituiu o Conselho Municipal de Saúde. O Vereador Júlio
74 César Gomes dos Santos (Cabo Júlio), um dos signatários do projeto explicou que esse projeto
75 nasceu da análise de um grupo de vereadores que entenderam que alguns poucos conselhos
76 estavam exacerbando o seu papel. Na sua opinião o conselho é o ápice maior da democracia popular,
77 onde as pessoas realmente do povo participam. Explicou que existia um projeto nessa casa que
78 mudava o zoneamento urbano de uma região de Belo Horizonte. Esse projeto foi rejeitado pela casa e
79 logo depois através de um conselho essa decisão foi mudada. Daí nasceu a idéia de que era preciso
80 que os conselhos andassem em consonância com o legislativo. Disse que foi o autor da 1ª emenda,
81 que excetuava os conselhos de saúde, segurança e educação. Vai conversar com seus colegas da
82 bancada do PMDB para que esse projeto seja rejeitado para depois construir com os conselheiros
83 uma nova proposta em que se possa ter equilíbrio com a participação popular. O Vereador Leonardo
84 Mattos, que também é um dos signatários agradeceu a todos e disse que assinou o projeto porque
85 vivência no conselho uma serie de atrocidades, que precisam ser corrigidas. E não vai ser virando as
86 costas que vamos corrigir os problemas que alguns conselhos tem. É preciso a união de todos para
87 revitalizar esses conselhos para que eles sejam verdadeiramente deliberativos, que as coisas não
88 cheguem prontas para serem votadas. Disse que o conselho de estado deixou de ser de estado para
89 ser de governo. Os conselhos precisam ser legitimados e não sabe se derrotar esse projeto resolve o
90 problema. O Vice-presidente do PC do B/MG José Vieira Filho (Zito Vieira), representando a Deputada
91 Federal Jô Moraes, parabenizou os vereadores que rejeitaram esse projeto porque precisamos de mais
92 democracia, mais participação. Arnaldo Godoy convida todos para uma Audiência Publica, dia
93 07/06/11, sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Paulo César agradece a todos e diz que a
94 manifestação cumpriu seu objetivo, ampliando a margem de votos contrários ao projeto. Convidou os
95 participantes para uma reunião dia 07/06/11, às 18h30, na Casa dos Conselhos, na Rua Eurita, Bairro
96 Santa Tereza. Estiveram presentes: Adolpho von Randow Neto, Ana Maria de Jesus, Ângela Eulália
97 dos Santos, Claudete Liz de Almeida, Cleber das Dores de Jesus, Lúcia Ferreira Passos, Martha
98 Auxiliadora Ferreira Reis, Paulo César Machado Pereira, Rejane Míriam Pereira Totti, Valdelice de
99 Moura, Wilton Rodrigues, Carmem Aparecida Silva Almeida, Rubens Ribeiro Leite, Ivan Matheus
100 Dutra, Jorge Ribeiro do Nascimento Marques, Wallace Medeiros Xavier, Ana Maria Caldeira, Helenice
101 Luiza Soares, Maria José da Silva. Nada mais havendo a se tratar a reunião foi encerrada da qual foi
102 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e pelo Secretário
103 Geral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 02 de junho de 2011. **ASR**